



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itauteccom.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC ("Itaútec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos,

Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Itaútec apresentou, ao final do exercício de 2022, prejuízo de R\$8.599 mil e patrimônio líquido de R\$21.481 mil.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$65.946 mil representado, substancialmente, pelo montante em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5).

São Paulo, 26 de abril de 2023.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	56.213	53.890	Fornecedores	10	1.378	16.518
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	569	13.463	Obrigações com pessoal		13	13
Outros tributos a compensar		46	-	Outros tributos a recolher		167	240
Outros ativos	7	2.906	88.885	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	12.3	-	13.085
				Outros passivos	7	-	540
Total Circulante		59.734	156.238	Total Circulante		1.558	30.396
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		6.212	6.395	Provisões	11	40.560	37.910
Depósitos judiciais	8	3.606	3.101	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	686	15.965
Outros ativos	7	2.606	3.294	Outros tributos diferidos		310	-
				Outros Passivos	7	1.351	1.273
Total não Circulante		6.212	6.395	Total não Circulante		42.907	55.148
TOTAL DO ATIVO		65.946	162.633	TOTAL DO PASSIVO		44.465	85.544
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12.1	26.641	26.641
				Reservas de capital	12.2	-	2
				Reservas de lucros	12.2	-	50.446
				Prejuízos acumulados		(5.160)	-
				Total do Patrimônio Líquido		21.481	77.089
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.946	162.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(8.608)	(25.429)
Outras receitas e despesas	14	(11.333)	84.840
Total das receitas e despesas operacionais		(19.941)	59.411
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		(19.941)	59.411
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	29.474	14.060
Despesas financeiras	15	(18.303)	(2.410)
Total do Resultado Financeiro		11.171	11.650
Lucro (Prejuízo) antes dos Tributos sobre o lucro		(8.770)	71.061
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(15.106)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	15.277	(15.964)
Total dos Tributos sobre o Lucro		171	(15.964)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(8.599)	55.097
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)		11.072	11.072
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		(0,78)	4,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.641	2	9.879	-	36.522
Transações com os acionistas					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(1.445)	-	(1.445)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.097	55.097
Destinação do lucro					
Reserva legal	-	-	2.756	(2.756)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	(13.085)	(13.085)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	39.256	(39.256)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.641	2	50.446	-	77.089
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.641	2	50.446	-	77.089
Transações com os acionistas					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(47.009)	-	(47.009)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.599)	(8.599)
Absorção de prejuízo com reservas	-	(2)	(3.437)	3.439	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.641	-	-	(5.160)	21.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaútec S.A. - Grupo Itaútec ("Companhia" ou "Itaútec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços.

A Itaútec não é mais uma empresa operacional e a Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controlador integral da Itaútec, se necessário, poderá prover suporte financeiro para a Companhia no intuito de garantir o cumprimento de suas obrigações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Itaútec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Itaútec de cumprir com suas obrigações. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itaútec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itaútec.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.3 e 9); e

- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.5 e 11).

2.5. Adoção das normas de contabilidade revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu revisões às normas já existentes.

Durante o exercício de 2022, não houve a adoção de nenhuma nova norma que impactasse as Demonstrações Contábeis da Itaútec.

2.5.1. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela Itaútec

As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2022. A Itaútec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

- Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:

- Alterações à CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Divulgação de políticas contábeis);

- Alterações à CPC 32 - Tributos sobre o lucro;

- Alterações à CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:

- Alterações à CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre Circulante e Não circulante).

- Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:
- Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

3.1.3. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Companhia classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

- Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Companhia entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de resgate igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a Companhia avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(8.599)	55.097
Total de resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado abrangente	(8.599)	55.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro (Prejuízo) antes dos Tributos sobre o lucro		(8.770)	71.061
Provisões		2.022	16.039
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(1.608)	624
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		9.596	8.041
Acordo - Sobrepreço na compra de cinecópias		-	(82.143)
		1.240	13.622
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		14.374	(5.741)
(Aumento) Redução em Outros ativos		83.189	(2.872)
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(15.616)	(6.688)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(15.140)	(728)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		-	1
Aumento (Redução) em Outros passivos		(6.064)	(4.365)
		60.743	(20.393)
Caixa proveniente das operações		61.983	(6.771)
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		-	(2.062)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		61.983	(8.833)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	12.3.2	(59.660)	(1.464)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(59.660)	(1.464)
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa		2.323	(10.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		53.890	64.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		56.213	53.890
		2.323	(10



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	31/12/2022		31/12/2021		
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	2	55.580	55.580	53.859	53.859
			55.580	55.580	53.859	53.859
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Caixa e Bancos	5	2	633	633	31	31
Depósitos judiciais	8	2	3.606	3.606	3.101	3.101
Outros ativos	7	2	5.512	5.512	92.179	92.179
			9.751	9.751	95.311	95.311
Total de Ativos financeiros			65.331	65.331	149.170	149.170
Nota	Níveis	31/12/2022		31/12/2021		
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	

Nota	Níveis	31/12/2022		31/12/2021		
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	10	2	1.378	1.378	16.518	16.518
Obrigações com pessoal			13	13	13	13
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	12.3	2	-	-	13.085	13.085
Outros passivos	7	2	1.351	1.351	1.813	1.813
			2.742	2.742	31.429	31.429
Total de Passivos financeiros			2.742	2.742	31.429	31.429

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a Companhia sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar os melhores mecanismos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e, para os fundos de investimento, com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

A Companhia realiza a gestão de seus recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	1.378	-	1.378
Obrigações com pessoal	13	-	13
Outros débitos	-	1.351	1.351
	1.391	1.351	2.742

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	633	31
Aplicações financeiras	55.580	53.859
Total	56.213	53.890

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAÇÃO

A variação de R\$12.894 é representada, substancialmente, pela compensação de débitos tributários. Em 2022 também ocorreu a baixa de créditos prescritos no valor de R\$12.381 com reversão de provisão para perdas de igual valor, sem impacto no resultado do exercício.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros ativos				
Adiantamento para funcionários	33	81	-	-
Ativos de plano de aposentadoria (Plano BD)	18.1.2	2.287	5.873	-
Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios	11.3.2.1	-	82.143	-
Despesas antecipadas		402	403	-
Créditos com precatórios (-) Provisão para perdas - Créditos com precatórios	7.1	-	-	67.304
Outros ativos		184	385	550
Total		2.906	88.885	2.606
Outros passivos				
Honorários advocatícios		-	-	1.255
Compromisso com ex-acionistas	7.2	-	540	149
Total		-	540	1.273

7.1. Créditos com precatórios

Dos créditos com precatórios em 31 de dezembro de 2022 de R\$79.075 (R\$67.304 em 31 de dezembro de 2021), R\$77.019 (R\$66.768 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itaútec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. Baseada no histórico de impontualidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, a Itaútec reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade dos referidos créditos.

7.2. Compromisso com ex-acionistas

Consoante Fatos Relevantes divulgados em 25 de fevereiro de 2019 e em 29 de março de 2019 e Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Itaútec por

sua controladora Itaúsa, aprovado pelas Assembleias Gerais de ambas companhias em 30 de abril de 2019, a Itaútec comprometeu-se a pagar aos titulares de ações ordinárias de sua emissão em 25 de fevereiro de 2019 eventuais valores auferidos no âmbito de determinadas Pretensões Judiciais, conforme definidas no referido Protocolo, na proporção da participação de cada acionista no capital social da Itaútec, caso o seu recebimento ocorresse em 3 anos a contar de 25 de fevereiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando a celebração de Acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) (Nota 11.3.2.1), a Companhia havia provisionado o montante a ser pago aos ex-acionistas. A partir do recebimento dos valores pela Itaútec, foi disponibilizado aos ex-acionistas, em 31 de março de 2022, o valor de R\$4,45 por ação, adicionado da atualização pela SELIC até referida data, deduzido os tributos incidentes.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	3.494	2.909
Trabalhistas	112	192
	3.606	3.101

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$112.546 (R\$ 109.917 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Referidos créditos, poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para utilização.

Em janeiro de 2022 ocorreu a realização do imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R\$15.965, conforme evento descrito na nota 11.3.2.1.

10. FORNECEDORES

A variação de R\$15.140 é decorrente, substancialmente, da liquidação, entre janeiro e fevereiro de 2022, dos montantes provisionados de R\$12.321 de honorários advocatícios e R\$2.734 de assessoria jurídica, ambos originados do acordo mencionado na nota 11.3.2.1.

11. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

11.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	33.242	10.157	1.533	44.932
Causas judiciais				
Constituição	25	4.286	6	4.317
Atualização monetária	354	996	129	1.479
Reversão	(539)	(2.937)	(2)	(3.478)
Pagamentos	(25)	(5.069)	(32)	(5.126)
Subtotal	33.057	7.433	1.633	42.124
(-) Depósitos judiciais (*)	(3.407)	(806)	-	(4.213)
Saldo em 31/12/2021 líquido de depósitos judiciais	29.650	6.627	1.633	37.910
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	33.057	7.433	1.633	42.124
Causas judiciais				
Constituição	2.408	1.349	-	3.757
Atualização monetária	5.688	584	214	6.486
Reversão	-	(1.628)	-	(1.628)
Pagamentos	(81)	(334)	-	(415)
Subtotal	41.072	7.404	1.847	50.324
(-) Depósitos judiciais (*)	(9.445)	(318)	-	(9.763)
Saldo em 31/12/2022 líquido de depósitos judiciais	31.627	7.086	1.847	40.560

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

11.1.1. Tributários

Destaca-se a autuação lavrada em 2012 para cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória prevista na Instrução Normativa RFB nº 21/2001, no valor atualizado de R\$36.561, dos quais R\$18.541 são classificados com risco provável e, portanto, estão provisionados.

As multas compreendem os exercícios de 2007 e 2008, por alegada: (i) apresentação de arquivos magnéticos da IN nº 86/2001 em formato diferente do exigido pela fiscalização; e (ii) identificação de erros e omissões nas informações relativas ao PIS e COFINS apresentados nos arquivos magnéticos.

Em 2020 a Companhia contratou consultoria independente para elaboração de Laudo e com base na orientação dos advogados do caso decidiram classificar parte da multa relativa ao item (ii) com perda provável.

A autuação foi mantida pela primeira instância administrativa e atualmente aguarda julgamento de recurso voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF").

11.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revistos periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próxima possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente por SELIC para os casos que já ocorreram a citação judicial, ou já tiveram sentença transitada em julgado que não havia previsto índice específico, conforme decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). Para os processos com sentença transitada em julgado em que consta a provisão expressa do indexador e taxa de juros, aplica-se o índice previsto (Taxa Referencial ("TR") Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E")) acrescido de juros de 1% ao mês.

11.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	226.034	243.178
Cíveis	834	748
Total	226.868	243.926

11.2.1. Tributários

Dentre os passivos contingentes tributários, destacam-se: (i) R\$116.758 referentes a discussões judiciais e administrativas envolvendo glosa de créditos de PIS e COFINS; (ii) R\$25.725 referentes a discussões administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de tributos federais recuperados judicialmente; (iii) R\$23.989 referentes a discussões judiciais e administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de PIS e COFINS retidos na fonte; (iv) R\$22.137 referentes a discussões administrativas envolvendo glosa de créditos de IRPJ e CSLL com o consequente indeferimento de compensações; e (v) R\$12.222 referentes à parcela avaliada com risco possível da autuação para cobrança de multa descrita no item 11.1.1 que trata da parcela provisionada.

11.3. Ativos contingentes

11.3.1. Prováveis

A Companhia possui ativos contingentes oriundos de processos judiciais que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. O montante aproximado, antes dos tributos e custos relacionados, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$307.430 em 31 de dezembro de 2021) e, em caso de resolução favorável, a Administração entende que este valor deverá ser recebido a longo prazo.

11.3.1.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se à apuração de crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo atualizado é de R\$167.971 (não quantificado em 31 de dezembro de 2021) e, atualmente, o valor do crédito será discutido em ação de repetição de indébito ajuizada em novembro de 2022 e, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

11.3.1.2. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a Itaútec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP). O critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008) só foi definido em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo atualizado é de R\$114.126 (não quantificado em 31 de dezembro de 2021), sendo o valor do crédito apurado em processo de execução judicial visando a expedição de precatório, quando então será reconhecido.

11.3.1.3. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

A Companhia obteve decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo

Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

11.3.2. Possíveis

A Companhia também possui outros potenciais ativos contingentes com probabilidade de êxito classificada como "possível", dentre os quais destacamos o processo abaixo.

11.3.2.1. Sobrepreço na compra de cinescópios e tubos

Em dezembro de 2015, a Itaútec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinescópios e tubos CRT ("Cathode Ray Tubes") utilizados pela Itaútec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em agosto de 2020 a Companhia celebrou Acordo com a LG Electronics Inc. (LG) e reconheceu na rubrica "Outras Receitas e Despesas" o montante de R\$30.980, não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes.

Em novembro de 2021, a Companhia celebrou Acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) reconhecendo no resultado o montante de R\$82.143 (não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes). O recebimento do valor estava sujeito à homologação pelo juiz da exclusão das empresas do polo passivo do processo, o que ocorreu em janeiro de 2022, resultando no recebimento efetivo de R\$79.193.

Em outubro de 2022, a Corte da Holanda julgou o mérito da ação de forma favorável para a Companhia. O *quantum* indenizatório será apurado em sede de perícia.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$26.641, representado por 11.072.186 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

12.2. Reservas

	Reservas de lucros			
--	--------------------	--	--	--



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

16. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os montantes registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(8.770)	71.061
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%) (Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos	2.982	(24.161)
Juros sobre o capital próprio	986	-
Créditos tributários realizados/(não constituídos)	(5.563)	4.171
(Provisão)/reversão perda com tributos	1.891	4.338
Despesas não dedutíveis	(125)	(312)
IRPJ e CSLL apurados	171	(15.964)
Correntes	(15.106)	-
Diferidos	15.277	(15.964)
Alíquota efetiva	1,9%	22,5%

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

17.1. Planos de previdência privada

A Companhia faz parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - PAI - CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

17.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano CD

O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores.

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2022 com 1.437 participantes (1.598 em 31 de dezembro de 2021), sendo 2 ativos, 320 assistidos e 1.115 vinculados.

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.

A Companhia não realizou contribuições nos exercícios de 2022 e 2021 por não haver colaboradores contribuintes do Plano CD e, caso houvesse, a Companhia utilizaria o Fundo Previdencial.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com o regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

17.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$11.932, registrados no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 7) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas", tendo sido o último recebimento desta reserva em dezembro de 2022.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R\$6.282, registrados no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 7) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas".

Devido a posição superavitária do plano, a Companhia não espera realizar contribuições no exercício de 2023.

Nota	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
	(66.334)	107.646	(33.377)	7.935	(70.713)	116.122	(33.478)	11.931
Saldo inicial								
Custo do serviço corrente	(2)	-	-	(2)	(3)	-	-	(3)
Juros	(5.726)	9.242	(3.059)	457	(5.136)	8.403	(2.552)	715
Retorno sobre os ativos do plano	-	997	-	997	-	(4.773)	-	(4.773)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(9.323)	-	-	(9.323)	(4.154)	-	-	(4.154)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	4.156	-	-	4.156	6.895	-	-	6.895
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	4.091	4.091	-	-	2.653	2.653
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa	-	(6.024)	-	(6.024)	-	(5.329)	-	(5.329)
Benefícios pagos	7.773	(7.773)	-	-	6.777	(6.777)	-	-
Saldo final	(69.456)	104.088	(32.345)	2.287	(66.334)	107.646	(33.377)	7.935
Circulante				2.287				5.873
Não circulante								2.062

18. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil de administradores em montantes considerados adequados pela Administração.

19. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. A Companhia segue a "Política para Transações com Partes Relacionadas", estabelecida pela sua controladora Itaúsa, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar ou pagos à Itaúsa (Nota 12.3), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Natureza	Relacionamento	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Caixa e Equivalentes de caixa			
Itaú Unibanco	Conta corrente	627	27
Total		627	27
Resultado			
Despesas gerais e administrativas			
Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	(72)	(68)
Itaúsa	Despesa de aluguel	(27)	(23)
Total		(99)	(91)

A Companhia possui garantias prestadas pela Itaúsa, representadas por operação de aval garantidor de seguro garantia em processos judiciais, no montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$40.420 (R\$39.566 em 31 de dezembro de 2021).

19.1. Remuneração da Administração

A remuneração paga ou a pagar em 31 de dezembro de 2022 aos executivos da Administração da Companhia é de R\$432 (R\$392 em 31 de dezembro de 2021) e inclui, além da remuneração, os encargos sociais e benefícios de curto prazo.

20. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	2022	2021
Dividendos/JCP deliberados não pagos	-	13.085
Total	-	13.085

21. EVENTO SUBSEQUENTE

21.1. Decisão STF - Limitação da coisa julgada tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.

Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia analisou suas decisões individuais transitadas em julgado e não identificou nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade.

21.2. Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF")

Diante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGF nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que estabeleceu a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com descontos de até 65% dos débitos, e a possibilidade de liquidação mediante a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a Companhia avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais com os benefícios previstos no PRLF e optou pela liquidação, em 31 de março de 2023, de 34 processos tributários.

O resultado líquido foi impactado positivamente em R\$1.221, sendo os principais reflexos: (i) despesas com processos tributários de R\$154.456; (ii) desconto de multa e juros de R\$107.777; e (iii) reversão de provisão de créditos tributários de R\$47.900. O impacto no caixa é negativo em, aproximadamente, R\$20.529 a ser liquidado durante o exercício de 2023.

21.3. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Em relação a ação judicial descrita na nota 11.3.1.1, em 23 de março de 2023, a Fazenda Nacional apresentou contestação reconhecendo o montante de R\$92.806 (parte incontroversa), cujo registro contábil do ativo na Itautec, em contrapartida do resultado, foi realizado na mesma data. O recebimento do referido crédito dar-se-á após a expedição de precatório a ser solicitado pela Companhia.

Em relação à parte controversa, a Itautec continuará discutindo os créditos na ação de repetição de indébito.

DIRETORIA
Maria Fernanda Ribas Caramuru
Priscila Grecco Toledo

CONTADORA
Sandra Oliveira Ramos Medeiros
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Itautec S.A. - Grupo Itautec

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itautec S.A. - Grupo Itautec ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itautec S.A. - Grupo Itautec em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>